

REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa nº 207/25

AUTOR: DEPUTADO CLEITON CARDOSO

ASSUNTO: “Altera a Lei Estadual nº 1.609/2005, que dispõe sobre o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, para ampliar o rol de formações acadêmicas exigidas para o ingresso na carreira.”

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei n.º 207 /2025, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que visa alterar a Lei Estadual nº 1.609/2005. O objetivo da propositura é ampliar o rol de formações acadêmicas exigidas para o ingresso no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

As alterações propostas no Art. 1º e Art. 2º da propositura incluem como cursos superiores aceitos para o cargo: Ciências Contábeis, Direito, Administração de Empresas ou Pública, Ciências Econômicas, Ciências da Computação ou Sistema de Informação, Estatística, Matemática e Ciências Atuariais, Engenharias, Relações Internacionais e Comércio Exterior, Gestão Pública e Políticas Públicas.

O autor justifica a medida pela necessidade de uma atuação mais multidisciplinar e moderna do Fisco Estadual em face das alterações trazidas pela Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023). A justificativa ainda aponta que outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Ceará, já adotaram medidas semelhantes para fortalecer a capacidade técnica de suas equipes.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do Regimento Interno

E o relatório.

II – VOTO

Apesar do louvável intuito e da importância de modernizar o Fisco Estadual, conforme a justificação do Projeto de Lei n.º 003/2025, a propositura em análise encontra óbices de natureza constitucional, especificamente quanto à **reserva de iniciativa**.

O Projeto de Lei trata da alteração dos requisitos de formação acadêmica para o provimento do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

Conforme a Constituição do Estado do Tocantins, a **iniciativa de leis** que tratem de matérias relativas a servidores públicos é **privativa do Governador do Estado**. O Art. 27, § 1º, II, "c" da Constituição Estadual estabelece de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre:

"Servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a reserva".

A exigência de titulação para o ingresso em uma carreira pública está diretamente ligada ao **provimento de cargos** e ao **regime jurídico dos servidores públicos civis**.

Portanto, a iniciativa para propor a alteração da Lei Estadual nº 1.609/2005, que dispõe sobre o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, pertence privativamente ao Chefe do Poder Executivo. O Poder Legislativo, ao propor tal matéria, está a usurpar funções que são incumbência do Governador do Estado, resultando em vício de inconstitucionalidade formal.

A Constituição Estadual, em seu Art. 27, estabelece que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos Cidadãos. Contudo, o § 1º do mesmo artigo lista as exceções, entre as quais se enquadra a matéria sob análise.

Mesmo que o projeto não implique, de imediato, na criação ou aumento de remuneração de cargos, ele interfere na **organização administrativa e no provimento de**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



cargos, o que demanda regulamentação e implementação pelo órgão do Poder Executivo, ferindo as prerrogativas inerentes ao Chefe do Executivo

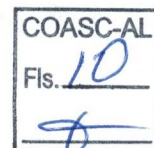
III – VOTO

Diante do exposto, ainda que o tema em análise revele inegável relevância social e jurídica, por apresentar vício de iniciativa **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, voto pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n.º 207/2025, de autoria do deputado Cleiton Cardoso.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2025.


Deputado Professor Júnior Geo

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO, referente ao(a) PL nº 207/2025

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 25 de maio de 2025

Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES	MEMBROS SUPLENTE PRESENTES
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (X)	Dep. JORGE FREDERICO (X)
Dep. LEO BARBOSA (X)	Dep. OLYNTHO NETO (X)
Dep. CLAUDIA LELIS (X)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO (X)
Dep. GUTIERRES TORQUATO ()	Dep. GIPÃO ()
Dep. MOISEMAR MARINHO (X)	Dep. MARCUS MARCELO ()